

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

2.º trimestre 2020

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados
2. Indicadores Económico-Financeiros
3. Indicadores Comerciais
4. Investimentos
5. Eficiência Operacional
6. Efeitos e Medidas na Crise Pandémica Covid-19

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2020

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Venda de subproduto	mEur	7	6			13	14	178 ▼
Prestação de serviços: Saneamento	mEur	20 863	20 862			41 725	41 583	41 754 ▼
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-4 156	-3 234			-7 390	-8 568	-2 823 ▼
Rébito dos serviços de construção (IFRIC 12)	mEur	3 175	3 327			6 502	7 148	17 186 ▼
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	mEur	-3 175	-3 327			-6 502	-7 148	-17 186 ▲
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 636	- 688			-1 324	-1 336	-1 505 ▲
Margem Bruta	mEur	16 078	16 947			33 025	31 693	37 604 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-6 557	-7 804			-14 361	-12 457	-14 543 ▲
Gastos com pessoal	mEur	-2 773	-3 029			-5 803	-5 267	-6 071 ▲
Amortizações	mEur	-5 161	-4 750			-9 911	-9 893	-11 750 ▲
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	0			0	0	0 =
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 194	- 169			- 363	- 395	- 357 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	1 187	1 188			2 375	2 374	2 366 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	64	20			84	383	41 ▲
Resultados Operacionais	mEur	2 645	2 402			5 047	6 438	7 290 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-1 644	-1 632			-3 276	-3 985	-3 795 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	169	212			381	449	456 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-1 476	-1 420			-2 895	-3 537	-3 338 ▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 169	982			2 151	2 901	3 952 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 190	- 73			- 263	- 598	-1 315 ▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	979	909			1 888	2 303	2 637 ▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	6 801	5 636			12 436	15 006	10 113
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	10 774	9 199			19 972	22 524	19 497
Margem EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	51,6%	44,1%			47,9%	40,6%	46,50%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	142,2%	178,7%			159,0%	130,3%	175,5%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 2º trimestre de 2020, constantes da reformulação do Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2020-2022 (PAO2020), foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26/03/2020, submetido a aprovação da Tutela em maio de 2020, com pareceres do Órgão de Fiscalização, formado pelo Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal, datados de 18 de maio de 2020 e 19 de maio de 2020, respetivamente e, aprovado pela Assembleia Geral em 23/06/2020.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

1,9 M€

O resultado líquido ascende a 1,9 M€, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO2020 apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos ser menor em 2020 do que a prevista em orçamento.

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2020

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Remuneração acionista 2T2020		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2019	mEur	619	619
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2019	mEur	833	914
Capital a remunerar	mEur	114 361	114 442
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	3,61%	4,63%
Acerto ao desvio de recuperação de gastos de 2019	mEur	163	-
Remuneração	mEur	1 888	2 637

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva.

A eficiência é previamente estabelecida pela ERSAR, mediante a definição de métricas associadas a diversas naturezas de gastos.

A eficiência produtiva de 2019 foi submetida à ERSAR no final de janeiro/2020, nos termos legais estabelecidos, tendo sido recebido um relatório preliminar do Regulador sobre o qual a Tejo Atlântico exerceu contraditório. A decisão emanada pela ERSAR estabelece a correção de cerca de 0,2 M€ nos gastos com o custo das vendas.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais, corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos impostos diferidos respetivos. A junho atingiu-se o RL sem o efeito do desvio de recuperação de gastos de 7,2 M€ e um DRG superavitário de 7,4 M€.

Comparativamente ao orçamento a variação do DRG tem subjacente a redução dos gastos incorridos face ao previsto e a variação em baixa da taxa de remuneração acionista (-102,0 p.p.).

VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)

41,7 M€

A prestação de serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tal como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

IFRIC 12 - Rédito/ Gastos dos serviços de construção

A Tejo Atlântico aplica o disposto no IFRIC 12, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

IFRIC 12 - Rédito/ Gastos dos serviços de construção (continuação)

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. Como o investimento regista uma contração significativa face ao previsto, o valor do rédito/gastos dos serviços de construção apresenta a mesma situação, o que justifica a variação de 62% para o orçamentado.

EBITDA

EBITDA 2T2020		Real	PAO
Resultado Operacional	mEur	5 047	7 290
Depreciações	mEur	-9 911	-11 750
EBITDA	mEur	14 958	19 040
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-7 390	-2 823
Subsídios ao investimento	mEur	2 375	2 366
EBITDA Ajustado	mEur	19 972	19 497

O EBITDA ajustado a junho ascendeu a 20,0 M€ apresentando uma variação positiva de 2% para o orçamentado. O indicador é corrigido do desvio de recuperação de gastos e dos subsídios ao investimento porque estas rubricas concorrem para a formação do resultado operacional mas não resultam diretamente da atividade operacional da Tejo Atlântico. A variação positiva do EBITDA está maioritariamente suportada pela melhoria do DRG, obtida pela redução dos gastos e pelo efeito da baixa da taxa de remuneração acionista.

Os gastos operacionais sem o efeito dos serviços da construção (IFRIC 12, ascendem a 31,8 M€, evidenciando uma redução de cerca de 7% face ao valor orçamentado. Na base desta variação está essencialmente a redução dos gastos com depreciações e amortizações devido à redução do valor do investimento contratual introduzida nas contas no final do exercício de 2019.

Os gastos com pessoal ascendem a 5,8 M€, apresentando uma realização 4% abaixo do orçamentado. Para esta situação contribuiu a variação em baixa do número de colaboradores existente face ao previsto. No período foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no total de 531 m€, representando menos 9% dos gastos previstos capitalizar em orçamento (584 m€).

Os resultados operacionais têm uma variação negativa de 2,2 M€ (31%), decorrente do efeito da variação do DRG e da redução de gastos.

RESULTADO FINANCEIRO

(2,9) M€

O resultado financeiro é negativo em 2,9 M€. Para a sua formação contribuíram 0,4 M€ de ganhos e 3,3 M€ de gastos, na sua maioria decorrentes de juros dos empréstimos BEI.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2.º Trimestre 2020

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	511 116	506 893			506 893	534 835	529 437 ▼
Ativo intangível	mEur	446 429	445 793			445 793	454 965	458 769 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	181	207			207	184	219 ▼
Ativo sob direito de uso	mEur	995	898			898	0	568 ▲
Desvios de recuperação gastos	mEur	9 639	6 405			6 405	18 310	15 123 ▼
Fundo reconstituição capital	mEur	8	10			10	8 449	4 ▲
Impostos diferidos ativos	mEur	53 287	53 212			53 212	52 927	54 753 ▲
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	578	369			369	0	0 ▲
Ativos correntes	mEur	116 376	115 109			115 109	106 340	98 994 ▲
Clientes	mEur	16 012	14 953			14 953	19 436	17 215 ▼
Disponibilidades	mEur	77 076	64 996			64 996	37 627	31 939 ▲
Outros ativos correntes	mEur	23 288	35 161			35 161	49 278	49 839 ▼
Total do Ativo	mEur	627 492	622 002			622 002	641 175	628 430 ▼
Capital Social	mEur	113 528	113 528			113 528	113 528	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 2 521	- 2 521			- 2 521	- 2 521	- 2 521 =
Reservas e outros ajustamentos	mEur	833	833			833	619	914 ▼
Resultados transitados	mEur	0	0			0	0	0 ▲
Resultado líquido	mEur	979	1 888			1 888	2 303	2 637 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	112 819	113 728			113 728	113 928	114 557 ▼
Passivos não Correntes	mEur	483 759	478 239			478 239	499 852	483 525 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	210 642	206 756			206 756	217 333	206 659 ▲
Passivos por locação	mEur	710	710			710	0	0 ▲
Subsídios ao investimento	mEur	129 284	128 096			128 096	132 594	127 901 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	123 069	123 719			123 719	127 269	127 036 ▼
Outros passivos não correntes	mEur	20 055	18 958			18 958	22 655	21 929 ▼
Passivos Correntes	mEur	30 914	30 035			30 035	27 395	30 348 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	10 119	10 674			10 674	9 417	10 674 =
Passivos por locação	mEur	297	198			198	0	579 ▼
Outros passivos correntes	mEur	20 498	19 163			19 163	17 978	19 095 ▲
Total do Passivo	mEur	514 673	508 274			508 274	527 247	513 873 ▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	627 492	622 002			622 002	641 175	628 430 ▼

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total atingiu os 622,0 M€, representando o ativo intangível bruto um total de 884,1 M€.

O ativo intangível previsto realizar a junho era de 897,1 M€. A variação em baixa de 13,0 M€ decorre da contração do investimento no semestre no valor de 11,2 M€, acrescido da diferença de 1,8 M€ entre a estimativa de fecho do exercício orçamental e o valor efetivo alcançado no encerramento de 2019.

O ativo sob direito de uso de equipamento de transporte no valor bruto de 1,5 M€ decorre da adoção da IFRS 16 - Locações, que teve como maior impacto o registo em balanço dos contratos de locação e a apresentação em resultados da amortização e dos juros do passivo da locação. O registo do ativo teve por contrapartida o reconhecimento da dívida em passivos por locação.

O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 6,4 M€, traduzindo na sua evolução uma redução de 58% para o orçamentado. A aceleração da recuperação do desvio face ao previsto resulta da evolução favorável do superavit no semestre, coadjuvado pela variação positiva ocorrida entre a estimativa de fecho de 2019 (17,9 M€), e o fecho de 2019 (13,8 M€).

A decomposição da dívida de Clientes é a seguinte:

		(milhares de euros)
Não Corrente		
Acordos de pagamento (não corrente)		369
Corrente		
Clientes municipais		13 194
Clientes privados		62
Acordos de pagamento (corrente)		713
Saldo credores trf. p/ passivo		983
		<u>14 953</u>

As Disponibilidades apresentam uma variação positiva para o orçamentado de 104%, resultante da menor utilização da linha de crédito pela Holding, em 14 M€, e essencialmente pela menor realização do investimento previsto.

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue⁽¹⁾	mEur	404 369	404 255			404 255	409 949	400 305
Autonomia Financeira	%	18%	18%			18%	18%	18%
Liquidez Geral	n.º	3,8	3,8			3,8	3,9	3,3
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2			0,2	0,2	0,2
Fundo de Maneio	mEur	85 462	85 074			85 074	78 945	68 646
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue⁽¹⁾	%	1,7%	1,4%			1,4%	3,7%	2,5%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	0,9%	0,8%			0,8%	2,0%	2,3%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,2%	0,1%			0,1%	0,4%	0,4%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

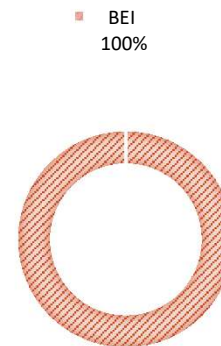
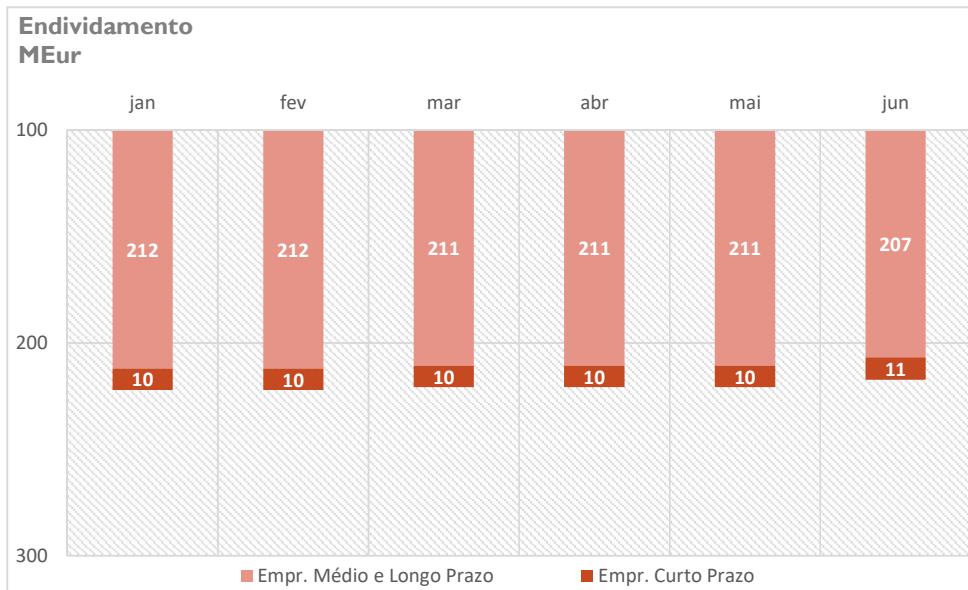
2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2.º Trimestre 2020

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	220 761	217 430			217 430	226 750	217 333
Médio e Longo Prazo	mEur	210 642	206 756			206 756	217 333	206 659
BEI	mEur	211 851	207 941			207 941	218 615	207 941
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 209	-1 185			-1 185	-1 282	-1 282
Curto Prazo	mEur	10 119	10 674			10 674	9 417	10 674
BEI	mEur	10 119	10 674			10 674	9 417	10 674

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	220 761	217 430			217 430	226 750	217 333
Debt to equity	%	196%	191%			191%	199%	190%
Net Debt - Endividamento líquido ⁽¹⁾	mEur	123 677	120 425			120 425	134 674	139 390
Net Debt to EBITDA ⁽¹⁾	n.º	2,9	3,0			3,0	4,5	3,6
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	49	49			49	58	60
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	44	45			45	57	45

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.



Os outros ativos correntes no total de 35,2 M€ são compostos maioritariamente por empréstimos concedidos (32 M€), por Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros). Comparativamente ao orçamentado a variação negativa decorre da diminuição do valor dos empréstimos concedidos em 14 M€.

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2019, deliberada em Assembleia Geral de março de 2020, que aprovou o aumento da Reserva Legal em 0,2 M€ e a distribuição de Dividendos no valor de 4,1 M€.

O montante reconhecido em acréscimos de custos tem uma variação negativa de 3%, originada pela redução do investimento contratual, efetuada para acerto com o período da concessão e, pela menor concretização de investimento no semestre.

Os passivos não correntes são maioritariamente formados por impostos diferidos passivos, cuja redução face ao previsto decorre essencialmente da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

Os passivos correntes no total de 19,2 M€ são constituídos por dívidas a fornecedores e outros credores (75%), e por dívidas ao Estado (25%), que no geral estão alinhadas com o previsto em orçamento.

DÍVIDA FINANCEIRA 217,4 M€

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No semestre foram amortizados 4,8 M€ de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 120,4 M€

A formação do Endividamento Líquido engloba o valor dos empréstimos e o conjunto de disponibilidades existentes, onde se inclui o empréstimo concedido à Holding, que no final do semestre ascendeu a 32,0 M€.

No orçamento foi estimado um empréstimo à Holding de 46 M€.

3. INDICADORES COMERCIAIS

2.º Trimestre 2020

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,4	45,4			90,9	91,1	91,0
Volume de atividade - saneamento	Mm³	45,4	45,4			90,9	91,1	91,0
Volume de Negócios⁽¹⁾	mEur	20 870	20 868			41 739	41 597	41 932
Volume negócios - saneamento	mEur	20 870	20 868			41 739	41 597	41 932
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total ⁽²⁾	mEur	15 607	14 338			14 338	18 478	17 215
Dívida vencida total	mEur	607	1 371			1 371	5 567	0
Acordos de pagamento ⁽³⁾	mEur	1 233	1 082			1 082	1 618	0
Injunções	mEur	0	0			0	1 838	0

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos de la ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 312	45 318			90 630	90 776	90 730
Sistema da Grande Lisboa	mm³	39 829	39 829			79 658	79 908	79 709
Sistema do Oeste	mm³	5 483	5 489			10 972	10 868	11 020
Total de efluentes faturados Outros	mm³	138	96			233	274	293
TOTAL	mm³	45 450	45 414			90 863	91 050	91 023

Dívidas de Utilizadores*		2020					Div. Juros	Div. Outros
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções		
Dívida Total	mEur	14 276	1 355	11 458	1 082	,	381	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

14,3 M€

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 14,3 M€, dos quais 1,4 M€ é dívida vencida.

Apesar da dívida vencida ter aumentado face ao trimestre anterior, o prazo médio de recebimento manteve-se estável. Esta circunstância resulta essencialmente de pequenos desfasamentos temporais que ocorrem em situações pontuais, em que o recebimento de faturas que se vencem no final do mês, ocorre no início do mês seguinte,

A dívida vencida é composta por dívidas pontuais e sem relevância, pois os clientes estão a pagar sem atrasos significativos.

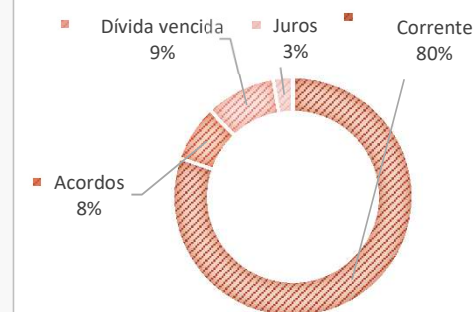
A variação positiva do indicador Net Debt para o orçamentado, resulta da existência de mais disponibilidades a junho, em grande parte provenientes da menor execução de investimento.

ATIVIDADE

90,9 Mm³

O caudal de água residual faturado foi de 90,9 Mm³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.



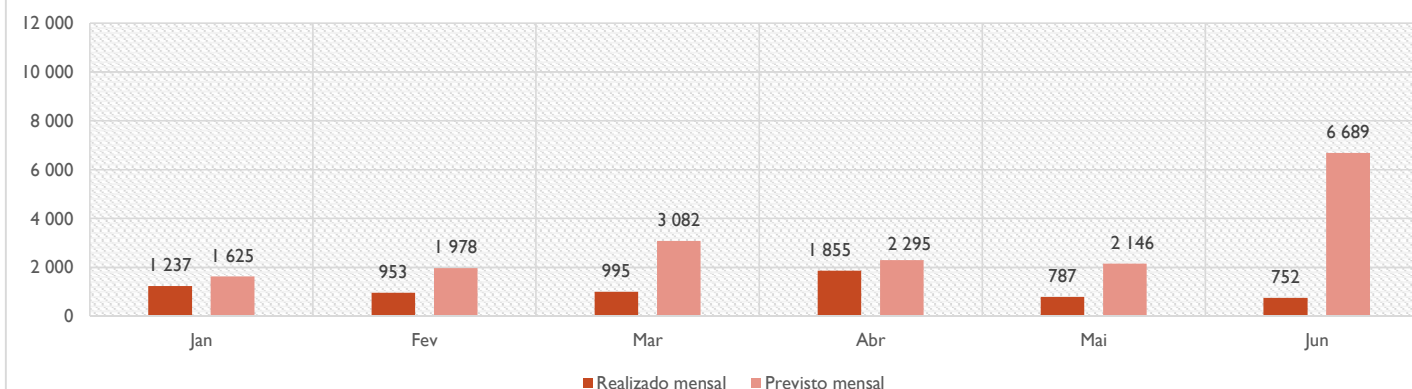
4. INVESTIMENTOS

2.º Trimestre 2020

Investimento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
Investimento	mEur	3 185	3 394			6 579	7 167	17 815
Saneamento ⁽¹⁾	mEur	3 174	3 327			6 501	7 148	17 756
Estrutura	mEur	11	67			78	19	59

¹ Investimento sem dedução de abates.

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



INVESTIMENTO

6,6 M€

A realização de investimento mantém-se reduzida face ao orçamentado, com um desvio de 63%. A execução mensal do semestre esteve sempre abaixo dos valores previstos, evidenciando-se uma variação mais significativa no mês de junho de 2020.

O investimento conta ainda com uma capitalização de gastos do exercício no total de 0,5 M€.

A realização no período tem como investimentos significativos as obras de: i) beneficiação da ETAR de Beirolas; ii) Construção da Remodelação do Sist Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de S. João da Talha; iii) diversas intervenções de grande reparação de infraestruturas, ETAR's e EE's.

Investimento específico para acompanhamento ⁽¹⁾	Início Real/Previsto ⁽²⁾	Conclusão Prevista ⁽²⁾	mEur	Execução Acumulada ⁽³⁾				Execução Prevista ⁽³⁾ 2020	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ⁽³⁾	
				Anterior	1º T	2º T	3º T				4º T
1 Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	out/18	dez/20	mEur	3 172	639	1 154			2 321	50%	5 493
2 Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril	nov/18	jun/21	mEur	8	0	2			712	0%	1 100
3 Empreitada de Conceção-Beneficiação da FA de Chelas – Fase I	dez/19	fev/22	mEur	3	3	17			1 440	1%	4 800
4 Empreitada de Conceção-Beneficiação Aprov. Biogás das FA de Beirc	dez/19	out/20	mEur	1	43	43			1 349	3%	1 350
5 Construção da Remodelação do Sist Arejamento e do Espessamento	jan/20	nov/20	mEur	0	55	509			2 300	22%	2 300

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Dados conforme PAO2020.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

2.º Trimestre 2020

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per.homól.	Orçam.
EBITDA⁽⁴⁾	mEur	7 806	7 152			14 958	16 331 ▼	19 040 ▼
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	mEur	10 774	9 199			19 972	22 524 ▼	19 497 ▲
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	636	688			1 324	1 336 ▼	1 505 ▼
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	6 557	7 804			14 361	12 457 ▲	14 543 ▼
(3) Gastos com o pessoal s/ indemnizações	mEur	2 773	3 029			5 803	5 267 ▲	6 071 ▼
(4) Gastos Operacionais (GO) (1)+(2)+(3)	mEur	9 966	11 521			21 487	19 060 ▲	22 119 ▼
(5) Volume de Negócios (VN)⁽²⁾	mEur	20 870	20 868			41 739	41 597 ▲	41 932 ▼
(6) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (4)/(5)	%	48%	55%			51%	46% ▲	53% ▼
(i) Gastos com deslocações e alojamento	mEur	21	15			37	48 ▼	77 ▼
(ii) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	1	0			1	5 ▼	6 ▼
(iii) Gastos com a frota automóvel ⁽³⁾⁽⁴⁾	mEur	184	168			352	381 ▼	407 ▼
(6) Total = (i) + (ii) + (iii)	mEur	207	183			390	434 ▼	490 ▼
(7) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	21	10			31	0 ▲	53 ▼
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	377	373			373	374 ▼	388 ▼
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	9	10			10	9 ▲	10 =
N.º Cargos de Direção (CD)	Unid.	6	6			6	6 =	6 =
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	Unid.	362	357			357	359 ▼	372 ▼
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	60	60			60	60 ▼	62 ▼
Número de viaturas	Unid.	144	143			143	144 ▼	147 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

³ Valores recalculados.

⁴ Adoção da IFRS 16 em 2019.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Nos termos conjugados do n.º7 do artigo 158.º e do artigo 210.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO2019), apresenta-se a evolução dos gastos operacionais face período homólogo e ao orçamento submetido à Tutela para 2020 (PAO2020).

A análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2020, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais, constante do relatório e contas da Empresa.

Principais dificuldades decorrentes do contexto atual e a perspetiva do CA sobre a forma de as gerir e ultrapassar:

A situação que vivemos desde março passado obrigou a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança e responsabilidade.

Deparando-nos com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, tivemos de encontrar formas de gestão que permitissem cumprir a nossa missão e o contrato de concessão, destacando, entre outras:

- . Colocámos a operação a funcionar com rotatividade, desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar a produção diária com a qualidade exigida, mas também, assegurar que em face a algum constrangimento se poderá garantir a sua permanência e continuidade – esta opção exigiu algum esforço de horas extra e de contratação de trabalho temporário;
- . Adequámos as equipas de manutenção e de engenharia, mantendo-os em rotação ativa e sempre que possível trabalhando à distância;
- . Mantivemos cerca de 40% dos trabalhadores no ativo na “linha da frente” e 20% em reserva de prontidão;
- . Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos necessários para os próximos meses e capacidade para os adquirir em continuidade;
- . Reforçámos a aquisição, dotação e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – o que exigiu intensificar a comunicação interna e o acompanhamento e formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - estão asseguradas as necessidades de EPIs e materiais essenciais ao trabalho em segurança para os próximos meses;
- . Realizámos um esforço de adequação dos equipamentos informáticos de forma a munir todos os colaboradores dos meios necessários para trabalharem remotamente – Atualmente temos 40% da força de trabalho a funcionar deslocalizada;
- . Aumentámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/ wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (vpn), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa e seus trabalhadores deslocalizados;
- . Implementámos novas (e ampliadas), rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- . Criámos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar.

Foram tomadas decisões relativas à gestão de recursos humanos e antecipação de vencimentos de forma a permitir aos trabalhadores reduzir os impactos desta pandemia fazendo face a alguns custos inesperados durante este período.

Foi decidida a atribuição de uma remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, a título de trabalho suplementar, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que por necessidade da empresa tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferiram uma remuneração base mensal entre os 654€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. O período considerado para esta remuneração suplementar retroage a 19 de março de 2020.

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascendem a junho a 537 mil euros, dos quais 33% são gastos com equipamento de proteção e segurança, 31% são gastos associados às medidas relativas a recursos humanos e 31% são gastos com limpeza e desinfeção das instalações, entre outros. Estima-se que até final do corrente ano, estes gastos ascendam a um total de 955 mil euros.

No seguimento das orientações da Holding Águas de Portugal e do “Plano de regresso à nova normalidade”, a Tejo Atlântico manteve até ao dia 30 de Junho o funcionamento organizacional, dando preferência ao trabalho remoto e à organização de equipas (horários e turnos) de forma a manter a segurança e saúde no contexto social e assegurar o padrão do serviço.

Atendendo às circunstâncias que se vivem na Área Metropolitana de Lisboa, a Comissão Executiva da Águas do Tejo Atlântico determinou a manutenção do trabalho remoto em todas as funções que fossem compatíveis com essa modalidade de trabalho, tendo ficado suspensa a retoma da atividade presencial de modo a garantir a proteção e segurança dos trabalhadores até que a crise pandémica estabilize na região geográfica da sua atuação.

Nessa medida, mantém-se a proteção dos grupos de risco, estando apenas no regime de modalidade presencial os trabalhadores que são imprescindíveis à prestação do serviço de tratamento de águas residuais, e, sempre que possível, com equipas em espelho, para minimizar o risco de contágio.

A Águas do Tejo Atlântico mantém o serviço dentro dos constrangimentos atuais, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam. A nossa atividade é de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, assim como para o bom ambiente da região que servimos. Estamos a cumprir o nosso dever com responsabilidade.

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

Ficha 1 - Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

Ficha 2 - Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril

Ficha 3 - Empreitada de Conceção - Beneficiação da FA de Chelas – Fase I

Ficha 4 - Empreitada de Conceção - Beneficiação Aprov. Biogás das FA de Beirolas, Frielas e S. João da Talha

Ficha 5 - Construção da Remodelação do Sististme de Arejamento e de Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de S. João da Talha

ANA SOFIA
PEREIRA DA
SILVEIRA

Assinado de forma
digital por ANA SOFIA
PEREIRA DA SILVEIRA
Dados: 2020.12.11
12:28:04 Z

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

nov/18

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

5 493

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

3%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

4 103

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

75%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

2

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

5

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

7

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos salienta-se:

- Conclusão dos trabalhos de execução da estrutura dos novos canais de gradagem e continuação dos trabalhos no poço de grossos e poço de elevação;
- Continuação dos trabalhos de estruturas, inclusive, a montagem da estrutura metálica na obra de entrada: painéis de cobertura e chapas de fachada;
- Continuação da montagem de equipamentos no órgão de tratamento físico-químico, bem como a execução da estrutura da caixa de saída do mesmo;
- Continuação da cobertura para desodorização no decantador primário para efeitos de desodorização;
- Conclusão dos trabalhos de construção civil e de instalação de equipamentos no tratamento de lamas;
- Início dos trabalhos de montagem na desodorização e conclusão da instalação dos ventiladores;
- Início dos trabalhos de execução de caixas nos arruamentos, reposição de taludes no exterior e respetiva vedação da ETAR.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/serviço de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jul/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

965

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-12%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

6

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

6

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A empreitada encontra-se em fase de consignação, prevendo-se a mesma para Julho de 2020. A estimativa atual da obra corresponde ao valor de adjudicação da empreitada.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase 1

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

dez/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 791

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

6

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

6

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A empreitada foi adjudicada no final de março de 2020. Em abril foi recebida a impugnação administrativa da adjudicação por um dos concorrentes, encontrando-se a mesma em fase de decisão judicial.

Prevê-se a consignação da empreitada no final do 4º trimestre de 2020.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção-Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e São João da Talha

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

mar/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 199

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-11%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

43

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

4%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

3

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

5

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

8

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Procedeu-se à encomenda dos equipamentos previstos na empreitada e aguarda-se a entrega dos mesmos.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a **data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")**.

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2019

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de São João da Talha

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/20

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

fev/20

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

2 290 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

482 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

21%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

1 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

4 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Foram concluídos os trabalhos de construção civil relativos às escavações, fundações dos edifícios e maciços para instalação dos compressores do arejamento do tratamento biológico e para a instalação do equipamento de espessamento de lamas mistas.

Tiveram início os trabalhos de adaptação e beneficiação dos tanques de arejamento do tratamento biológico e da respetiva caixa de distribuição de caudais.

O desvio face ao planeamento deve-se à atual situação de pandemia que dificultou a afetação de meios e recursos em obra, reduzindo rendimentos, e tem implicações nos prazos de entrega dos equipamentos a instalar.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

-

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

- (milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao segundo trimestre de 2020

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao segundo trimestre de 2020, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2020”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.
- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, no que se refere aos seguintes aspetos:
- Deveres de informação previstos no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019;

- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 160º da Lei n.º 2/2020;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2020”.

5.2 Como se prevê no nº2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. No entanto, a Entidade apresenta um PMP de 45 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 41 dias, o que não se verificou. Recomendamos que o PMP seja monitorizado de modo a que a Entidade se encontre em cumprimento a 31 de dezembro de 2020.

5.3 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento e plano de contratação de colaboradores.

5.4 No que respeita ao referido no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade encontra-se em incumprimento quanto à diminuição do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 31 de dezembro de 2019. Consideramos que esta situação deve ser monitorizada até ao final do exercício.

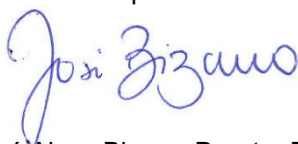
5.5 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 160º da Lei n.º 2/2020. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2019, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2020 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.6 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

14 de outubro de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.

A
h.
C
P

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2020 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal (CF) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2020 (doravante designado por REO 2T 20).
2. Descrição dos factos que condicionam as nossas conclusões:
 - 2.1 A versão do PAO de 2020 utilizada pelo Conselho de Administração, para a elaboração deste REO 2T 20, tem as seguintes limitações:
 - Trata-se de uma segunda versão aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2020, tendo o ROC e o CF emitido pareceres em 18 de maio de 2020 e 19 de maio de 2020, respetivamente, e *foi aprovado em Assembleia Geral da Entidade em 23 de junho de 2020, mas ainda não se encontra aprovado pela respetiva Tutela;*
 - Incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). *Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual;* e,
 - Foi elaborado numa base anual, considerando a projeção das contas semestrais executadas relativas ao primeiro semestre de 2019, *as quais não tinham ainda sido auditadas.*
 - 2.2 Com referência a 30 de junho de 2020 (segundo trimestre de 2020) *não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas*, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas, nomeadamente, nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução.

M
L. *chris*

RESPONSABILIDADES

3. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
4. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 2T 20 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do segundo trimestre de 2020, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) analisamos o conteúdo do "Memorando de Acompanhamento relativo ao segundo trimestre de 2020", emitido pelo revisor Oficial de Contas da AdTA em 14 de outubro de 2020.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5. O REO 2T 20, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira ("Balanço") e na Demonstração de Resultados:

5.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<i>Em milhões</i>	2º trimestre de 2020 (Acumulado)				Desvio absoluto
	Real	%	PAO 2020	%	
Demonstração da Posição financeira					
Ativo não corrente	506 893	81%	529 437	84%	(22 544)
Ativo corrente	115 109	19%	98 993	16%	16 116
Total do ativo	622 002	100%	628 430	100%	(6 428)
Capitais próprios	113 728	18%	114 557	18%	(829)
Passivo não corrente	478 239	77%	483 525	77%	(5 286)
Passivo corrente	30 035	5%	30 348	5%	(313)
Total do passivo	508 274	82%	513 873	82%	(5 599)
Total dos capitais próprios e passivo	622 002	100%	628 430	100%	(6 428)
Rácio de liquidez corrente	4		3		1
Rácio de autonomia financeira	18,3%		18,2%		0,1 p.p.
Prazo médio de recebimentos	49		60		-11
Prazo médio de pagamentos	45		45		0

Al
h.
fide

Nota: O Prazo Médio de Pagamentos (PMP - executado) é superior a 40 dias.

De acordo com o nº2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o PMP seja superior a 60 dias. Dado que a Entidade apresenta um PMP de 45 dias, este preceito legal não se aplica. Acresce que, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, o que não se verificou, **encontrando-se assim em incumprimento**. Contudo refira-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a Entidade tem vindo a cumprir com os prazos de pagamento estabelecidos junto dos seus fornecedores.

5.1.1 *Comentários sobre as principais variações no “Ativo não corrente”*

- a) **Redução** dos “Ativos Intangíveis”, face ao previsto, no montante de 12.9 milhões de euros. Este facto, resulta, nomeadamente, da variável “investimento”, pois os montantes executados somente atingem 37% do investimento previsto (em milhões de euros):

Investimento	2º trimestre de 2020 (Acumulado)		Peso % do investimento real no PAO de 2020
	Real	PAO 2020	
Sancamento	6 501	17 756	37%
Estrutura	78	59	132%
Totais	6 579	17 815	37%

- b) **Redução** da rubrica “Desvio de recuperação de gastos”, face ao previsto, no montante de 8.7 milhões de euros: A Entidade continua a recuperar o défice tarifário acumulado de anos anteriores, através do superavit executado no segundo trimestre de 2020 de 7.3 milhões de euros (mais 4.5 milhões face ao previsto).
- c) **Redução** da rubrica “Impostos diferidos ativos”, face ao previsto, no montante de 1.5 milhões de euros: Resulta, nomeadamente, das diferenças fiscais temporárias associadas à redução das amortizações de investimento futuro (registado no passivo não corrente), em função da contração do investimento face ao previsto, conforme referido na alínea 5.1.1 a) acima.

Am
h. chris

5.1.2 *Comentários sobre as principais variações na "Ativo corrente"*

- a) **Aumento** na rubrica "Inventários" (incluída na REO 2T 20 na rubrica "Outros ativos correntes"), face ao previsto, de aproximadamente 1 milhão de euros: Em 2019 foi alterada a classificação das peças de manutenção por consumir, passando da rubrica "Outros ativos correntes" para a rubrica "Inventários". Esta reclassificação não foi tida em conta no PAO de 2020 em análise.
- b) **Redução** na rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 2.2 milhões de euros: Esta variação resulta, nomeadamente, da melhoria do prazo médio de recebimentos face ao previsto (executado 49 dias; previsto: 60 dias).
- c) **Redução** na rubrica "Estado" (incluída na REO 2T 20 na rubrica "Outros ativos correntes"), face ao previsto, no montante de 1.9 milhões de euros: Esta variação resulta, nomeadamente, de divergências orçamentais em sede de IVA e retenções na fonte.
- d) **Redução** na rubrica "Apoios à Tesouraria da AdP SGPS" (incluída na REO 2T 20 na rubrica "Outros ativos correntes") face ao previsto, no montante de 14 milhões de euros, a qual resulta de uma previsão de um apoio de 46 milhões de euros, contra um executado de 32 milhões de euros.
- e) **Aumento** significativo da rubrica "Disponibilidades", face ao previsto, no montante de 33 milhões de euros: Em parte, estas variações são explicadas pelos seguintes factos:
- Em virtude do referido na alínea 5.1.2.d); e,
 - A contração do investimento, face ao previsto, conforme referido na alínea 5.1.1 a), acima, tem originado um crescendo das disponibilidades, comparativamente às previsões realizadas.

5.1.3 *Comentários sobre as principais variações nos "Capitais próprios"*

A **redução** dos capitais próprios, face ao previsto, no montante de 829 mil euros, resulta, nomeadamente, do desvio apresentado no "Resultado líquido" do segundo trimestre de 2020 (desvio negativo em 749 mil euros), explicado pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos mais spread (3.61%), face à taxa de juro mais spread orçamentado (4.63%).

Am
h. fic

5.1.4 Comentários sobre as principais variações no "Passivo"

- a) A rubrica "Financiamentos obtidos" de exigibilidade corrente e não corrente, está praticamente em linha com os montantes previstos (ambos apresentam cerca de 217 milhões de euros).

Refira-se que o indicador de nº de anos para amortizar a dívida líquida, em função do EBITDA ajustado, libertado pela Entidade, reduziu neste trimestre, face ao previsto, em aproximadamente 1 ano:

Descrição	2º trimestre de 2020		Desvio absoluto
	Real	PAO 2020	
1 - Dívida líquida - (BEI- Emprést ADP - Dispon.)	120 434	139 394	(18 960)
2 - EBITDA ajustado (a)	19 973	19 497	476
Indicador (1/2) = nº de anos	6	7	(1)

(a) = RO + DRG + AMORT - SUBS

- b) Redução da rubrica "Amortizações de investimento futuro", face ao previsto, no montante de 3.3 milhões euros: Nesta rubrica são reconhecidas as amortizações acumuladas do investimento contratual, as quais são transferidas para a rubrica "Ativos intangíveis – amortizações acumuladas", sempre que ocorre investimento executado. Assim, considerando o comportamento da variável "investimento" quanto à sua execução e previsão, conforme referido na alínea 5.1.1 a) acima, a variação nesta rubrica fica explicada pela contração do investimento executado face ao previsto.
- c) Redução da rubrica "Impostos diferidos passivos" (incluído no REO 2T 20 na rubrica "Outros passivos não correntes"), face ao previsto, no montante de 2.9 milhões de euros, a qual resulta maioritariamente, do facto referido na alínea 5.1.1 b) acima.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Am
4.
fins

<i>Em milhões</i>	2º trimestre de 2020		Desvio absoluto
	(Acumulado)		
Demonstração dos resultados	Real	PAO 2020	
Vendas	14	178	(164)
Prestação de serviços (saneamento)	41 725	41 754	(29)
Déficit / (Superavit) tarifário	(7 390)	(2 823)	(4 567)
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	6 502	17 186	(10 684)
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	(6 502)	(17 186)	10 684
Custo das vendas / variação de inventário	(1 324)	(1 505)	181
Margem Bruta	33 025	37 604	(4 579)
Fornecimento e serviços externos	(14 361)	(14 543)	182
Gastos com pessoal	(5 303)	(6 071)	268
Amortizações	(9 911)	(11 750)	1 839
Outros gastos e perdas operacionais	(363)	(357)	(6)
Subsídios ao investimento	2 375	2 366	9
Outros rendimentos e ganhos operacionais	85	41	44
Resultados operacionais	5 047	7 290	(2 243)
Resultados financeiros	(2 895)	(3 338)	443
Impostos	(264)	(1 315)	1 051
Resultado líquido do período	1 888	2 637	(749)

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

a) As prestações de serviços encontram em linha com o orçamento (variação de 193 mil euros):

Atividade comercial	Real facturado			PAO 2020			Diferenças		
	Mm3	mEur/Mm3	mEur	Mm3	mEur/Mm3	mEur	Mm3	mEur/Mm3	mEur
Saneamento	90,9	459	41 739	91	461	41 932	-0,1	(2)	(193)
Total	90,9		41 739	91		41 932	-0,1		(193)

b) O superavit tarifário do trimestre, face ao previsto, é favorável à Entidade em aproximadamente 4.5 milhões de euros, o qual se deve, maioritariamente, à redução dos gastos, face ao previsto, com: fornecimentos e serviços externos (desvio favorável de 182 mil euros), gastos com pessoal (desvio favorável de 268 mil euros), e sobretudo uma variação favorável nas amortizações e nos impostos (desvios favoráveis de 1.8 milhões de euros e um milhão de euros, respetivamente).

A
L.
Fuz

c) Os montantes decorrentes da aplicação da IFRIC 12 registam variações opostas, face ao previsto, de 10.6 milhões de euros, em virtude do referido na alínea 5.1.1 a) acima.

Realce que o EBITDA (Ajustado) obteve um desvio favorável à Entidade, face ao previsto, de 476 mil euros, para o qual contribui o comportamento favorável dos gastos executados relativos às rubricas de fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Eficiência operacional	2º trimestre de 2020 (Acumulado)		Desvio absoluto	PRC % ref 31.12.2019
	Real	PAO 2020		
PRC %: (i) / (ii)	51%	53%	(2)	50%
i) Gastos operacionais				
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	1 324	1 505	(181)	
Fornecimento e serviços externos (mEur)	14 361	14 543	(182)	
Gastos com pessoal (mEur)	5 803	6 071	(268)	
	21 488	22 119	(631)	
ii) Volume de negócios ajustado (*)				
	41 739	41 932	(193)	
OUTROS INDICADORES:				
Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	37	77	-40	
Gastos com ajudas de custo do pessoal (Meur)	1	6	-5	
Gastos com a frota automóvel (mEur)	373	407	-34	
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult (mEur)	31	53	-22	
Nº de pessoal	378	388	-10	
Nº de viaturas	143	147	-4	

Constata-se que os indicadores divulgados neste REO 2T 20, relativos às orientações legais executadas, revelam uma otimização face aos indicadores previsto: Contudo, o PRC executado neste trimestre (51%) encontra-se acima do PRC executado em 31 de dezembro de 2019 (50%), razão pela qual, recomendamos que a Entidade no decorrer da execução de 2020, monitorize este indicador, para que no final do ano não venha a ocorrer o seu incumprimento.

A
C/2

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2020

6. Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do segundo trimestre de 2020, *com exceção dos factos referidos nas notas 2 e 5.1 acima, e na nota final do "Eficiência operacional"*, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

Adicionalmente:

- 1) conforme solicitado pelo principal acionista da AdTA, este REO (bem como os subsequentes), inclui na sua Nota 6 os "Efeitos e Medidas na Crise Pandémica Covid-19" onde se encontram sinalizadas as principais dificuldades decorrentes do contexto atual da pandemia COVID 19 e a perspetiva do Conselho de Administração, sobre a forma de as gerir e ultrapassar. Este REO 2T 20 já apresenta uma estimativa dos principais impactos quânticos na atividade da Entidade, especificamente originados pela pandemia; e,
- 2) Informamos que de acordo com o entendimento da Autoridade Tributária e Aduaneira, incluído na sua Circular 7 de 2020 de 13 de agosto, os montantes executados e previstos, relativos ao apuramento dos impostos diferidos, decorrentes da aplicação da IFRS 16 – Locações, deveriam ser desconsiderados, respetivamente.

Lisboa, 15 de outubro de 2020

Armando José de Sousa

Armando José de Sousa
Resende
(Presidente)

Catarina Fins

Catarina Alexandra Carvalho

Fins
(Vogal)

Carlos Manuel Antunes

Carlos Manuel Antunes

Bernardes
(Vogal)